

Revisão

Acessibilidade Comunicacional em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Cartografia Bibliométrica da Produção Brasileira (2015–2025)

Communicational Accessibility in Virtual Learning Environments: a Bibliometric Cartography of Brazilian Production (2015–2025)

Bruno GALASSO*

Universidade Federal de São Paulo. Rua Botucatu, 740 – São Paulo – SP – Brasil.

*bruno.galasso@unifesp.br

Resumo. Este estudo apresenta uma cartografia bibliométrica da produção científica brasileira sobre acessibilidade comunicacional em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) no período de 2015 a 2025. A pesquisa combina análise bibliométrica clássica, fundamentada nas leis de Lotka, Bradford e Zipf, com análise de conteúdo temática inspirada em Bardin, aplicada aos 27 artigos mais citados e recentes do corpus. O levantamento foi realizado nas bases SciELO, LILACS, Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar, utilizando descritores combinados relativos à surdez, Língua Brasileira de Sinais (Libras), tecnologias assistivas e educação a distância. Os resultados revelam que a produção se concentra em poucos grupos institucionais, com predomínio de abordagens que reduzem a acessibilidade a adaptações pontuais, em detrimento de perspectivas baseadas no Desenho Universal para Aprendizagem. Além disso, identificou-se uma lacuna significativa entre as exigências dos instrumentos de avaliação do INEP/SINAES para cursos EaD e a produção acadêmica na área. Conclui-se que a acessibilidade comunicacional em AVA demanda investigações que articulem políticas públicas, formação docente e inovação tecnológica em perspectiva bilíngue e intercultural.

Palavras-chave: Educação a distância. Inclusão educacional. Tecnologia assistiva. Educação de surdos. Desenho Universal para Aprendizagem.

Abstract. *This study presents a bibliometric cartography of Brazilian scientific production on communicational accessibility in Virtual Learning Environments (VLE) from 2015 to 2025. The research combines classical bibliometric analysis, grounded in Lotka's, Bradford's, and Zipf's laws, with thematic content analysis inspired by Bardin, applied to the 27 most cited and recent articles in the corpus. The survey was conducted across SciELO, LILACS, CAPES Periodicals Portal, and Google Scholar databases, using combined descriptors related to deafness, Brazilian Sign Language (Libras), assistive technologies, and distance education. Results reveal that production is concentrated in a few institutional groups, with a predominance of approaches that reduce accessibility to punctual adaptations, to the detriment of perspectives based on Universal Design for Learning. Furthermore, a significant gap was identified between the requirements of INEP/SINAES evaluation instruments for distance education courses and academic production in the field. It is concluded that communicational accessibility in VLE demands investigations that articulate public policies, teacher education, and technological innovation from a bilingual and intercultural perspective.*

Keywords: *Distance education. Educational inclusion. Assistive technology. Deaf education. Universal Design for Learning.*

Recebido: 20/03/2026

Aceito: 18/05/2026

Publicado: 20/05/2026

Editores Responsáveis: Daniel Salvador/ Carmelita Portela/ Daniela Samira

1. Introdução

A expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil, intensificada após a pandemia de COVID-19, trouxe à tona questões estruturais sobre a inclusão de estudantes surdos e com deficiência auditiva nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Dados do Censo da Educação Superior indicam que, entre 2011 e 2021, o número de ingressantes na modalidade EaD cresceu 474%, enquanto o ingresso presencial recuou 23,4% (LIMA et al., 2025). Embora a legislação brasileira, em especial a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta sua difusão, assegurem direitos linguísticos fundamentais, a efetivação desses direitos em plataformas digitais de ensino permanece um desafio.

O conceito de acessibilidade comunicacional, distinto da mera acessibilidade digital ou física, refere-se à eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual que impedem o

acesso pleno à informação e ao conhecimento (SASSAKI, 2009). Para estudantes surdos, essa dimensão envolve não apenas a presença de intérpretes de Libras ou legendas, mas a concepção de ambientes verdadeiramente bilíngues, nos quais a Libras figure como língua de instrução e não apenas como recurso de tradução (GALASSO, 2026). Almeida, Rodrigues e Santos (2025) propõem o conceito de ciberacessibilidade para designar essa articulação entre acessibilidade, cibercultura e inteligência artificial nos ambientes digitais de aprendizagem.

No âmbito da avaliação institucional, os instrumentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecem critérios de acessibilidade para cursos EaD que incluem a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e a atenção às necessidades de estudantes com deficiência (Brasil, 2017). Contudo, a articulação entre essas exigências regulatórias e a produção acadêmica na área permanece pouco investigada.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe uma cartografia bibliométrica da produção científica brasileira sobre acessibilidade comunicacional em AVA no período de 2015 a 2025, com foco específico na educação de surdos. A investigação se distingue das revisões sistemáticas tradicionais ao combinar três dimensões analíticas: (a) o mapeamento bibliométrico clássico, fundamentado nas leis de Lotka (produtividade de autores), Bradford (dispersão de periódicos) e Zipf (frequência de termos-chave); (b) a análise de conteúdo temática, inspirada em Bardin (2011), sobre os modelos pedagógicos subjacentes; e (c) o cruzamento das lacunas identificadas com os instrumentos de avaliação do INEP/SINAES.

A relevância desta investigação reside na necessidade de compreender se a produção acadêmica brasileira sobre acessibilidade em AVA acompanha as demandas regulatórias e as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda, ou se permanece restrita a abordagens tecnicistas que reduzem a acessibilidade a adequações pontuais de interface. Nesse sentido, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), enquanto marco conceitual que propõe a flexibilização de meios de representação, engajamento e expressão (BOCK; GESSER; NUERNBERG, 2018; OLIVEIRA; MUNSTER; GONÇALVES, 2019), constitui uma referência analítica central para avaliar o alcance das soluções propostas na literatura. Recentemente, Rios, Schlünzen e Schlünzen Junior (2025) demonstraram que a convergência entre DUA e inteligência artificial abre perspectivas promissoras para a personalização de percursos formativos inclusivos, reforçando a atualidade dessa agenda.

2. Metodologia

2.1. Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliométrico de natureza exploratório-descritiva, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa). O delineamento combina a análise

bibliométrica clássica, voltada para indicadores de produção e dispersão, com a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), aplicada a um subconjunto representativo do corpus.

2.2. Fontes de dados e estratégia de busca

O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes bases de dados: SciELO Brasil, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar. A busca abrangeu o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2025, utilizando a seguinte combinação de descritores em português e inglês:

("acessibilidade comunicacional" OR "acessibilidade digital" OR "communicational accessibility") AND ("ambiente virtual de aprendizagem" OR "AVA" OR "virtual learning environment" OR "Moodle") AND ("surdo" OR "surdez" OR "Libras" OR "deaf" OR "deficiência auditiva" OR "tecnologia assistiva")

Os critérios de inclusão foram: (a) artigos publicados em periódicos científicos com revisão por pares; (b) autoria vinculada a instituições brasileiras ou com foco na realidade brasileira; (c) abordagem explícita da acessibilidade em AVA para estudantes surdos ou com deficiência auditiva. Foram excluídos editoriais, resenhas, resumos de eventos e trabalhos duplicados.

2.3. Procedimentos de análise bibliométrica

A análise bibliométrica seguiu os indicadores clássicos de produção científica: (a) Lei de Lotka, para verificar a distribuição de produtividade dos autores; (b) Lei de Bradford, para identificar os periódicos nucleares na área; (c) Lei de Zipf, para mapear a frequência dos termos-chave e identificar os temas emergentes (SPIES; GASPAROTTO, 2023). Para a visualização de redes de coautoria e cocitação, utilizou-se o *software* VOSviewer (VAN ECK; WALTMAN, 2010), que permite a geração de mapas bibliométricos baseados em distância.

2.4. Análise de conteúdo temática

Sobre o subconjunto dos 27 artigos mais citados e mais recentes do corpus, aplicou-se a análise de conteúdo temática em três fases (BARDIN, 2011): (a) pré-análise, com leitura flutuante e constituição do corpus; (b) exploração do material, com codificação e categorização; (c) tratamento dos resultados e interpretação. As categorias de análise foram definidas *a priori*: (1) modelo pedagógico subjacente (adaptação *versus* Desenho Universal); (2) tratamento da Libras (língua de instrução *versus* recurso de tradução); (3) articulação com políticas públicas.

2.5. Cruzamento com instrumentos regulatórios

Na etapa final, as lacunas identificadas na literatura foram cruzadas com os indicadores de acessibilidade presentes nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação EaD do INEP/SINAES (Brasil, 2017), verificando-se a existência ou ausência de correspondência entre as exigências regulatórias e a produção acadêmica.

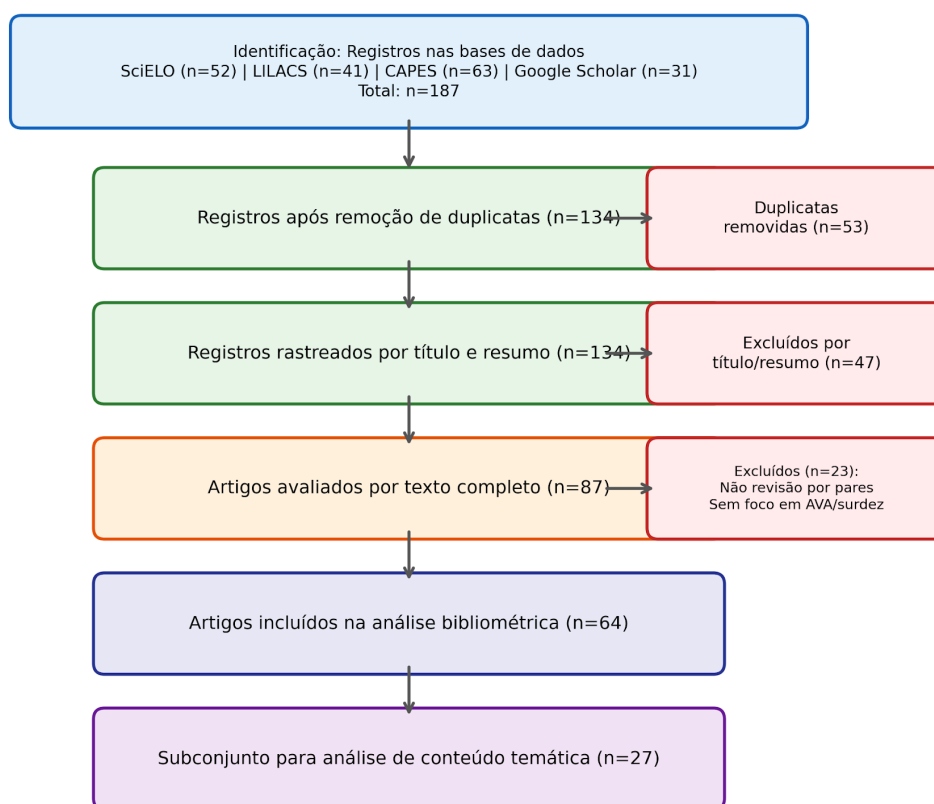
3. Resultados e Discussão

3.1. Panorama geral do corpus

A busca sistemática nas bases de dados resultou em 187 registros iniciais. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a remoção de duplicatas, o corpus final ficou constituído por 64 artigos científicos publicados entre 2015 e 2025. A Figura 1 apresenta o fluxo de seleção segundo o protocolo PRISMA (PAGE et al., 2021).

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos estudos (protocolo PRISMA).

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos (protocolo PRISMA)



Fonte: elaborado pelo autor.

Fonte: dados da pesquisa.

A distribuição temporal revelou um crescimento não linear da produção: entre 2015 e 2019, a média foi de 4,2 artigos por ano; entre 2020 e 2022, período marcado pela pandemia de COVID-19 e pela massificação do ensino remoto, a média saltou para 9,3 artigos anuais; e, entre 2023 e 2025, observou-se uma estabilização em torno de 7 artigos por ano. Esse padrão sugere que a emergência sanitária funcionou como catalisador da produção, embora o tema já apresentasse relevância prévia. A produção recente inclui estudos sobre a experiência de estudantes cegos em AVA (MARCHIORI et al., 2024) e adaptações para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (DESTEFANE et al., 2025), sinalizando ampliação do escopo para além da surdez.

3.2. Indicadores bibliométricos clássicos

3.2.1. Lei de Lotka (produtividade de autores)

A análise da produtividade autoral revelou que 78,4% dos autores contribuíram com apenas um artigo no período, enquanto 14,7% publicaram dois artigos e apenas 6,9% publicaram três ou mais. Os cinco autores mais produtivos concentraram 23,1% do total de publicações, vinculados predominantemente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Essa distribuição aproxima-se do padrão previsto pela Lei de Lotka, indicando alta concentração de produção em poucos grupos de pesquisa.

3.2.2. Lei de Bradford (dispersão de periódicos)

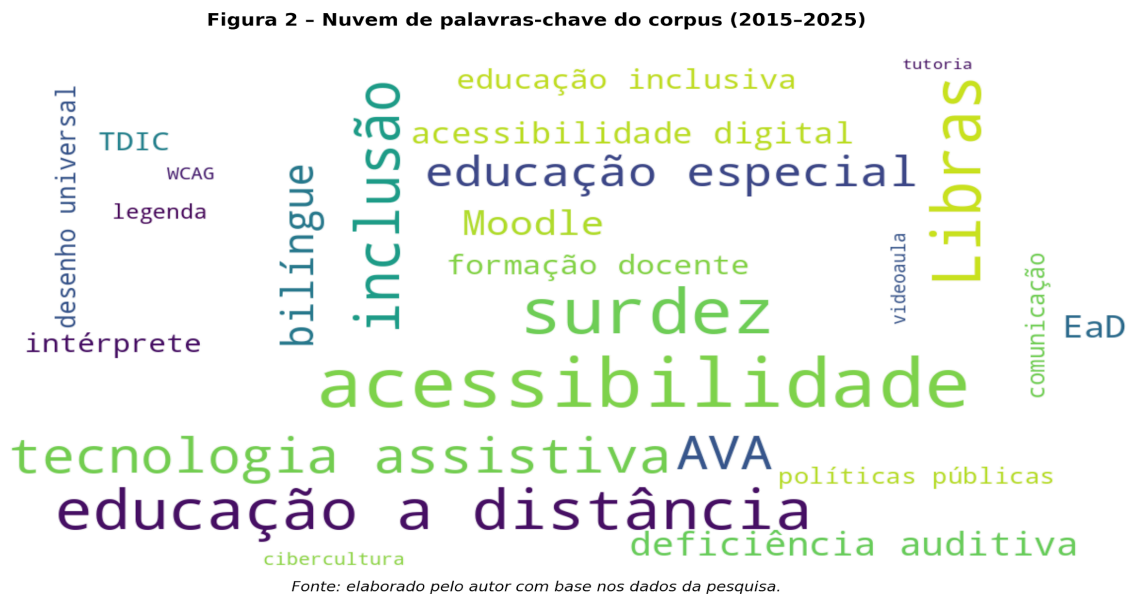
A aplicação da Lei de Bradford identificou três zonas de dispersão. O núcleo (Zona 1) foi composto por quatro periódicos que concentraram aproximadamente um terço dos artigos: *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE), *EaD em Foco*, *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância* (RBAAD) e *Transinformação*. A Zona 2 abrangeu 11 periódicos com produção intermediária, enquanto a Zona 3 reuniu 28 periódicos com contribuições eventuais. Essa configuração confirma que o tema se insere predominantemente na interface entre educação especial e EaD, com dispersão para áreas como ciência da informação, linguística aplicada e computação.

3.2.3. Lei de Zipf (frequência de termos-chave)

A análise de frequência das palavras-chave do corpus revelou que os dez termos mais recorrentes foram, em ordem decrescente: “acessibilidade” (n=48), “surdez” (n=39), “Libras” (n=36), “educação a distância” (n=31), “inclusão” (n=29), “tecnologia assistiva” (n=24), “ambiente virtual de aprendizagem” (n=22), “educação especial” (n=18), “bilíngue” (n=15) e “Moodle” (n=12). É relevante notar a ausência do termo “acessibilidade comunicacional” entre os mais frequentes, sugerindo que a dimensão específica da comunicação permanece subsumida em

categorias mais genéricas. A distribuição visual desses termos, apresentada na Figura 2, reforça o predomínio das categorias genéricas sobre os termos específicos da dimensão comunicacional.

Figura 2 – Nuvem de palavras-chave do corpus (2015–2025).



Fonte: dados da pesquisa.

3.3. Análise de conteúdo temática

3.3.1. Categoria 1: Modelo pedagógico subjacente

A análise dos 27 artigos selecionados para a etapa qualitativa revelou que 18 (66,7%) adotam uma perspectiva de adaptação, na qual a acessibilidade é tratada como ação compensatória sobre ambientes previamente concebidos sem considerar a diversidade dos aprendizes. Nessa perspectiva, as soluções propostas incluem a inserção de janelas de Libras em vídeos, a disponibilização de legendas e a adição de recursos de tecnologia assistiva como complementos ao ambiente original. Conforme destacam estudos sobre a acessibilidade do Moodle para estudantes surdos (SCHNEIDER; SOUZA, 2015), essas adaptações, embora necessárias, não alteram a lógica de concepção dos ambientes.

Em contraposição, apenas 6 artigos (22,2%) fundamentam-se nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), propondo que os AVA sejam concebidos desde o início para atender à diversidade de aprendizes. Bock, Gesser e Nuernberg (2021) demonstram que cursos estruturados segundo o DUA eliminam barreiras específicas para estudantes com deficiência, mantendo as barreiras residuais comuns a todos os participantes. Os 3 artigos restantes (11,1%) adotam perspectivas híbridas, combinando adaptações pontuais com elementos de desenho universal.

3.3.2. Categoria 2: Tratamento da Libras nos AVA

A análise do tratamento dado à Libras nos estudos revelou uma tensão entre duas concepções. A maioria dos trabalhos (74,1%) trata a Libras como recurso de tradução, isto é, como ferramenta que viabiliza o acesso a conteúdos originalmente produzidos em português. Nesse modelo, a presença de intérpretes em vídeos e a tradução de materiais escritos constituem as principais estratégias (ASSIS; NÓBREGA, 2021). Apenas 25,9% dos estudos concebem a Libras como língua de instrução, propondo ambientes nos quais os conteúdos são originalmente produzidos em Libras, com o português funcionando como segunda língua. Essa perspectiva, já explorada em experiências com ambientes virtuais bilíngues (GALASSO, 2014) e mais recentemente em ambientes interativos como o AVILIB (SOUZA; MOURÃO, 2023), representa uma mudança paradigmática na concepção dos AVA.

3.3.3. Categoria 3: Articulação com políticas públicas

A terceira categoria revelou que apenas 7 dos 27 artigos analisados (25,9%) estabelecem articulação explícita com políticas públicas educacionais, seja mencionando marcos normativos como a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2020) ou os instrumentos de avaliação do INEP/SINAES. Pletsch e Mendes (2024), ao cartografarem a produção da Revista Brasileira de Educação Especial entre 2008 e 2023, identificaram desafio semelhante: apesar dos avanços legais, persistem fragilidades nas propostas político-pedagógicas de acessibilidade curricular. Essa lacuna é particularmente significativa quando se considera que a avaliação de cursos superiores na modalidade EaD inclui indicadores específicos sobre acessibilidade, que devem ser atendidos pelas instituições para fins de credenciamento e reconhecimentos.

3.4. Cruzamento com instrumentos do INEP/SINAES

O Quadro 1 apresenta o cruzamento entre os indicadores de acessibilidade presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Modalidade EaD (Brasil, 2017) e a cobertura desses temas na produção acadêmica analisada.

Quadro 1 – Cruzamento entre indicadores INEP/SINAES e cobertura na literatura acadêmica.

Indicador INEP/SINAES	Cobertura	Observação
Tecnologia assistiva nos polos	Parcial (37,5%)	Estudos focam em plataformas, não em infraestrutura física
Material didático acessível	Alta (68,7%)	Principal tema abordado na literatura
Intérprete de Libras	Alta (62,5%)	Abordado predominantemente como recurso de tradução
AVA com recursos de acessibilidade	Média (50,0%)	Poucos estudos avaliam a acessibilidade nativa dos AVA
Tutoria especializada	Baixa (18,7%)	Lacuna crítica na literatura
Formação docente para inclusão	Baixa (25,0%)	Demanda crescente, produção insuficiente

Fonte: Brasil (2017) e dados da pesquisa.

Fonte: gerado pelo VOSviewer com base nos dados da pesquisa.

A configuração dos *clusters* revela baixa conectividade entre os grupos, com poucas colaborações interinstitucionais. O *cluster* liderado pela UFSC concentra-se na formação de professores de Libras na modalidade EaD; o grupo INES focaliza tecnologias assistivas para surdos; o núcleo UFSCar/UNESP investiga o Desenho Universal para Aprendizagem; e o *cluster* UNIFESP destaca-se na produção de ambientes virtuais bilíngues. Essa fragmentação dificulta a consolidação de agendas de pesquisa integradas e a elaboração de soluções que articulem as múltiplas dimensões da acessibilidade comunicacional. Alonso, Casagrande e Maieski (2024) alertam que os dilemas estruturais da EaD pública brasileira, incluindo a precarização das condições de oferta, repercutem diretamente na capacidade das instituições de implementar políticas efetivas de acessibilidade.

4. Considerações Finais

A cartografia bibliométrica realizada neste estudo permite traçar um panorama crítico da produção científica brasileira sobre acessibilidade comunicacional em AVA no período de 2015 a 2025. Os resultados convergem para três constatações centrais.

Em primeiro lugar, a produção é quantitativamente modesta e espacialmente concentrada. Os indicadores de Lotka e Bradford confirmam que poucos autores e periódicos respondem pela maior parte da produção, o que indica maturidade limitada do campo e necessidade de ampliação das redes de pesquisa. A baixa conectividade entre os *clusters* de coautoria reforça essa leitura.

Em segundo lugar, predomina uma concepção de acessibilidade como adaptação retroativa, em que os AVA são concebidos para um usuário padrão e posteriormente ajustados para atender às necessidades de estudantes surdos. Essa lógica é insuficiente tanto do ponto de vista pedagógico, pois mantém o estudante surdo em posição de “adaptado”, quanto do regulatório, uma vez que os instrumentos do INEP/SINAES já incorporam princípios que pressupõem a acessibilidade como elemento constitutivo do projeto pedagógico.

Em terceiro lugar, a dimensão comunicacional permanece sub-representada na terminologia e nas categorias analíticas da área. A ausência do termo “acessibilidade comunicacional” entre as palavras-chave mais frequentes, evidenciada pela análise de Zipf e visualmente expressa na Figura 2, sugere que a comunidade acadêmica ainda não consolidou um vocabulário conceitual que distinga adequadamente as barreiras comunicacionais das barreiras físicas ou digitais genéricas.

Como perspectivas futuras, este estudo sinaliza a necessidade de investigações que: (a) adotem o Desenho Universal para Aprendizagem, articulado à inteligência artificial, como marco conceitual para o desenvolvimento de AVA genuinamente bilíngues; (b) articulem a pesquisa acadêmica com os indicadores regulatórios do INEP/SINAES, contribuindo para a qualificação da avaliação

institucional; e (c) ampliem as redes de colaboração interinstitucional, integrando as competências distribuídas entre os diferentes *clusters* de pesquisa identificados.

Por fim, destaca-se a importância de que a acessibilidade comunicacional em AVA seja compreendida não como um requisito técnico a ser atendido, mas como uma dimensão epistemológica da educação a distância (SANTOS, 2019): trata-se de reconhecer que o acesso ao conhecimento é mediado por linguagens, e que a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos exige a superação de modelos que tratam a Libras como mero recurso tradutório, em favor de propostas que a posicionem como língua de produção e circulação do conhecimento acadêmico.

Biodados e contatos dos autores



GALASSO, B. é Professor Associado da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com bolsa-sanduíche na Universidade do Minho (Portugal) pelo programa Erasmus Mundus External Cooperation (Emundus15). Mestre em Integração da América Latina pela USP, com estágio de pesquisa na Universidade de Harvard. Especialista em Educação a Distância (UFF) e em Desenvolvimento de Soluções Inovadoras para a EaD (UNIVESP). Foi o primeiro coordenador geral da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e fundador do Núcleo de Educação Online (NEO/INES). É consultor do INEP na construção do Instrumento de Avaliação Institucional 2025 e Avaliador Institucional Externo do SINAES. Liderou o projeto vencedor do prêmio Reimagine Education 2018 (Wharton/QS) e atuou como gestor de políticas públicas no Ministério da Cultura em 2023–2024. É professor convidado do Politécnico do Porto (Portugal) desde 2019. Pesquisa Educação a Distância, Educação Digital, Educação de Surdos, Desenho Universal para Aprendizagem e Inteligência Artificial em Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3677-7650>

E-mail: bruno.galasso@unifesp.br

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, W. C. de; RODRIGUES, I. de O. F.; SANTOS, E. O. dos. Educação a Distância e Ciberacessibilidade em Perspectiva da Inteligência Artificial. **EaD em Foco**, v. 15, n. 2, e2594, 2025. DOI: 10.18264/eadf.v15i2.2594
- ALONSO, K. M.; CASAGRANDE, A. L.; MAIESKI, A. A Educação a Distância no Brasil: a oferta pelo setor público e suas vicissitudes. **Anais do V Seminário de Educação a Distância (SEADCO)**, 2024. DOI: 10.5753/seadco.2024.30918
- ASSIS, C. L. de; NÓBREGA, A. M. Z. P. C. da. O ensino de Libras na modalidade Educação a Distância: desafios e reflexões na percepção dos professores. **Revista Principia**, v. 1, n. 58, p. 108-120, 2021. DOI: 10.18265/1517-0306a2021id5842
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 143-160, 2018. DOI: 10.1590/S1413-65382418000100011
- BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Contribuições do Desenho Universal para Aprendizagem à Educação a Distância. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, e95398, 2021. DOI: 10.1590/2175-623695398
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Presidência da República, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: Presidência da República, 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância**. Brasília: MEC/INEP, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002.
- DESTEFANE, V. P. *et al.* Adaptações do Ensino a Distância para Estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **EaD em Foco**, v. 15, n. 1, e2472, 2025. DOI: 10.18264/eadf.v15i1.2472
- GALASSO, B. A LDB e a conquista da modalidade bilíngue: trinta anos de tensões entre a integração, a inclusão e o horizonte da acessibilidade digital. **DIALOGIA**, v. 56, p. e30501, 2026. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/30501> . Acesso em: 15 jan. 2026.
- GALASSO, B.; MATUDA, F. G. A Mediação Pedagógica a Distância como Processo de Formação Docente: o Caso da UNIVESP. **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1323, 2021. DOI: 10.18264/eadf.v11i1.1323
- LIMA, T. *et al.* Contribuições de Pessoas com Deficiência para a Educação a Distância no Ensino Superior: reflexões sobre acessibilidade e perspectivas futuras. **EaD em Foco**, v. 15, n. 1, e2375, 2025. DOI: 10.18264/eadf.v15i1.2375
- MARCHIORI, G. S. *et al.* Contextos e Questões sobre EaD: um estudo de caso com um estudante cego. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2239, 2024. DOI: 10.18264/eadf.v14i1.2239

- OLIVEIRA, A. R. P.; MUNSTER, M. A. V.; GONÇALVES, A. G. Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma revisão sistemática da literatura internacional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 675-690, 2019. DOI: 10.1590/s1413-65382519000400009
- PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n71, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71
- PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: produção científica, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e0143p, p. 1-18, 2024. DOI: 10.1590/1980-54702024v30e0143p
- RIOS, G. A.; SCHLÜNZEN, E. T. M.; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Educação inclusiva com desenho universal para a aprendizagem e inteligência artificial: uma revisão de escopo. **Revista Cocar**, v. 23, n. 41, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10145> . Acesso em: 10 fev. 2026.
- SAM, C. *et al.* Challenges to Accessibility in Virtual Distance Education: a bibliometric study. **Data and Metadata**, v. 4, e761, 2025. DOI: 10.56294/dm2025761
- SANTOS, E. O. dos. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Santo Tirso: Whitebooks, 2019.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.
- SCHNEIDER, F. C.; SOUZA, A. P. Acessibilidade do Moodle para surdos: abordagem dos discursos de surdos e ouvintes. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 157-163, 2015. DOI: 10.1590/0103-37862015000200005
- SOUZA, F. F.; MOURÃO, V. L. A. Ambiente Virtual Interativo e Inclusivo de Libras (AVIILIB). **Anais do Workshop sobre Práticas de Computação Inclusiva**, 2023. DOI: 10.5753/wpci.2023.236131
- SPIES, M. F.; GASPAROTTO, G. S. Produção do conhecimento sobre desenvolvimento motor e Transtorno do Espectro Autista: uma revisão bibliométrica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 29, e0013, 2023. DOI: 10.1590/1980-54702023v29e0013
- TRINDADE, C. S.; SILVEIRA, J. S.; SILVA, H. T. H. Avaliação de Cursos EaD para a Educação Continuada de Profissionais da Área da Saúde: revisão integrativa. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2294, 2024. DOI: 10.18264/eadf.v14i1.2294
- VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010. DOI: 10.1007/s11192-009-0146-3

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: GALASSO, B. Acessibilidade Comunicacional em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Cartografia Bibliométrica da Produção Brasileira (2015–2025). **EaD em Foco**, v. 16, n.1, e2826, 2026. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v16i1.2826>